

Uma história de desigualdade: as maiores rendas no Brasil, 1926-2015

Pedro H. G. Ferreira de Souza, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

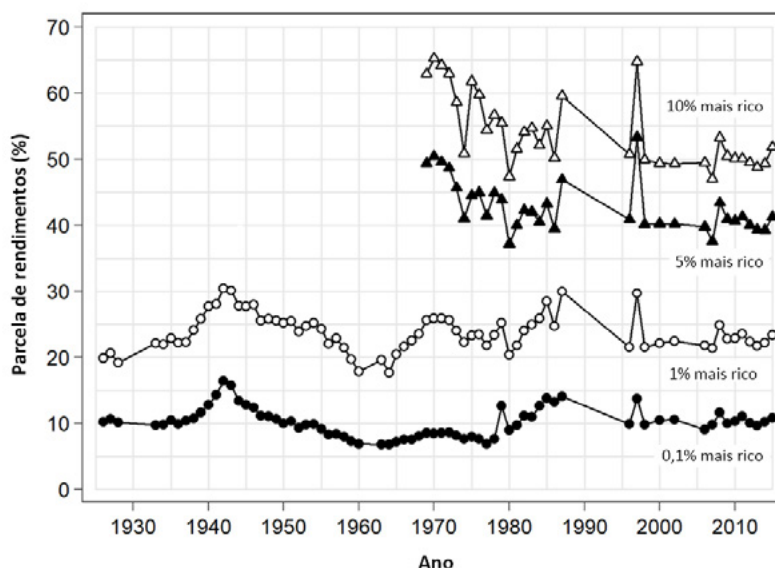
O Brasil passou por grandes mudanças estruturais desde a metade dos anos 1920. O país tornou-se predominantemente urbano, o produto interno bruto (PIB) *per capita* foi multiplicado por 12 e os níveis educacionais melhoraram significativamente.

Entretanto, a concentração de renda no topo manteve-se extremamente alta durante todo o período. Contrariando as previsões idílicas dos teóricos da modernização, não houve tendência secular rumo a uma sociedade mais igualitária.

A Figura 1 ilustra como a fração da renda recebida pelos mais ricos evoluiu em ondas, frequentemente fluando com grandes mudanças institucionais e políticas. A concentração no topo aumentou durante a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e esmaeceu quando as condições excepcionais da Segunda Guerra Mundial passaram. Outro pico ocorreu durante os anos após o Golpe Militar de 1964, quando a ditadura reprimiu a esquerda e instituiu uma série de reformas favoráveis à acumulação de capital. As fatias recebidas pelos ricos diminuíram no fim dos anos 1970, mas cresceram novamente nos anos 1980, quando a situação política que levou à redemocratização resultou em uma inflação galopante. A estabilização macroeconômica de 1994 parece ter tido um efeito nivelador, mas a concentração no topo não se alterou desde então.

Figura 1

Concentração de renda no topo: 0.1 por cento, 1 por cento, 5 por cento e 10 por cento mais ricos – Brasil, 1926–2015



Fonte: Cálculos do autor com base em declarações fiscais e informações de contas nacionais.

Em média, a renda do 1 por cento mais rico da população correspondeu a 24 por cento da renda total – isto é, cerca do dobro do que se observa atualmente na maioria dos países. A diferença em relação aos países ricos foi inicialmente pequena, mas aumentou depois da Grande Depressão e ainda mais após a Segunda



Guerra Mundial. A trajetória em ondas vista no Brasil não remete a padrões típicos encontrados em países desenvolvidos, lembrando mais aqueles em alguns países em desenvolvimento, especialmente na Argentina até os anos 1960.

A concentração no topo estimada a partir de dados tributários difere de estimativas prévias tanto em nível quanto em tendência: os números observados em pesquisas domiciliares geralmente são mais baixos e exibem uma redução considerável nos anos 2000. As diferenças são mais evidentes entre os mais ricos e provavelmente estão relacionadas aos ganhos de capital, que não são aferidos nas pesquisas. Os coeficientes de Gini ajustados confirmam que a desigualdade diminuiu desde os anos 1980, mas essa redução parece ter sido menos significativa que sugerido pelos Gini observados e desacelerou, consideravelmente, na metade dos anos 2000.

As estimativas brasileiras reforçam o argumento favorável a explicações mais institucionalistas da desigualdade, pelo menos quando definida mais estritamente como a concentração de renda no topo. A natureza do regime político tem alguma importância, mas a democracia não é condição suficiente para a redistribuição.

“Dar com uma mão e tomar com a outra” é prática comum nos Estados modernos. Por exemplo, a recente expansão do Estado de bem-estar social no Brasil foi financiada principalmente por tributação indireta, que é muitas vezes regressiva, e as transferências mais redistributivas – como o Programa Bolsa Família – são mínimas comparadas aos incentivos fiscais e créditos subsidiados conferidos às grandes empresas.

Finalmente, a concentração no topo no Brasil ajuda a esclarecer a controvérsia atual a respeito das origens históricas da desigualdade Latino-Americana. Williamson (2015), indo contra a visão convencional, argumentou que a América Latina era comparável à Europa antes do “grande nivelamento” que reconfigurou a distribuição de renda no fim do Século XX. Portanto, o legado colonial não foi o “pecado original” que causou a diferença na região. As evidências discutidas nesse estudo dão subsídio parcial a essa hipótese. Por um lado, é verdade que a concentração no topo nos Estados Unidos, França e alhures era muito mais parecida com a do Brasil há 100 anos. Conforme esses países se tornaram mais igualitários, a diferença em relação ao Brasil cresceu consideravelmente. Por outro, minhas estimativas não dizem nada a respeito da história anterior brasileira e, mesmo nas décadas entre as guerras, a concentração no topo no Brasil já era um pouco mais alta. Ademais, nem o Brasil nem a Argentina perderam completamente o barco do “grande nivelamento”: em ambos os países, as primeiras décadas do pós-guerra testemunharam tanto crescentes desequilíbrios macroeconômicos e o ápice da industrialização por substituição de importações (ISI), como também um “leve nivelamento” que foi interrompido ou mesmo revertido por golpes militares.

Referências:

SOUZA, P. H. G. F. “A History of Inequality: Top Incomes in Brazil, 1926–2015.” *IPC-IG Working Paper*, nº 167. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2018.

WILLIAMSON, J. G. “Latin American Inequality: Colonial Origins, Commodity Booms or a Missed Twentieth-Century Leveling?” *Journal of Human Development and Capabilities* 16(3), p. 324-341, 2015.